



**Procedimento concursal comum para ocupação de um posto de trabalho na carreira e categoria de Técnico Superior para exercer funções no Gabinete de Segurança, Saúde e Sustentabilidade da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa**

**ATA 1**

Ao vigésimo sétimo dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, pelas nove horas reuniu nas instalações da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (FCUL), o júri, designado pelo Diretor da FCUL, do procedimento concursal comum para o preenchimento de um posto de trabalho em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para a carreira e categoria de Técnico Superior do mapa de pessoal não docente e não investigador da FCUL para exercício de funções no Gabinete de Segurança, Saúde e Sustentabilidade, na sequência do despacho autorizador de 04 de novembro de 2022.

O júri, constituído pela Mestre Júlia Maria Almeida Marques Alves, que preside, pelo 1.º Vogal Efetivo, Licenciada Filipa Alexandra Cabecinha Pegarinhos e pelo 2.º Vogal Efetivo, Licenciada Anabela de Almeida Pereira, reuniu para elaborar o aviso de abertura (anexo I), fixar os parâmetros de avaliação, a sua ponderação, a grelha classificativa e o sistema de valoração final de cada método de seleção a aplicar no procedimento concursal comum, nos termos do n.º 2 do artigo 9.º da Portaria n.º 233/2022, de 09 de setembro (de ora em diante designada por Portaria), propondo a seguinte ordem de trabalhos, a qual foi aceite por todos:

1. Definição dos requisitos gerais, específicos e preferenciais para o preenchimento do posto de trabalho de acordo com o respetivo perfil de competências.
2. Fixação dos parâmetros de avaliação de cada método de seleção:
  - Prova de conhecimentos (PC);
  - Avaliação psicológica (AP);
  - Avaliação curricular (AC);
  - Entrevista de Avaliação de Competências (EAC).
3. Aprovação do aviso de abertura, da prova de conhecimentos, da grelha de avaliação curricular e da grelha da Entrevista de Avaliação de Competências.

**1. Definição dos requisitos gerais e específicos para o preenchimento do posto de trabalho de acordo com o respetivo perfil de competências:**

Os requisitos gerais de admissão a aplicar são os definidos no artigo 17.º do Anexo à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual (de ora em diante designada por LTFP).

No que se refere à definição de requisitos específicos e preferenciais para o posto de trabalho, o Júri deliberou por unanimidade:

**1.1 Requisitos específicos (obrigatórios):**

- 1.1.1 - Titularidade de licenciatura ou equiparado a licenciado nos ramos de Ciências e Engenharia, nos termos do n.º 1 do artigo 86.º da LTFP. No caso de o grau ter sido obtido numa instituição estrangeira, o mesmo deve ser reconhecido por uma instituição



portuguesa de acordo com o Decreto-Lei n.º 66/2018, de 16 de agosto e com a Portaria n.º 33/2019, de 25 de janeiro, na sua redação em vigor à data da candidatura.

1.1.2 - Título profissional de Técnico Superior de Segurança no Trabalho, nível de qualificação mínimo de 6, de acordo com a Lei n.º 42/2012, de 28 de agosto.

#### 1.2 Requisitos preferenciais:

- Mestrado ou superior;
- Experiência em avaliação de riscos profissionais em laboratórios de ensino e/ou investigação nas áreas das ciências da biologia, física e química;
- Experiência em implementação de sistemas de gestão de riscos profissionais em contexto de laboratórios de ensino e/ou investigação nas áreas das ciências da biologia, física e química;
- Conhecimentos de inglês falado e escrito;
- Conhecimentos de informática na ótica do utilizador (processamento de texto, folhas de cálculo e criação/edição de apresentações).

## **2. Métodos de seleção: Fixação dos parâmetros de avaliação de cada método de seleção**

Relativamente aos métodos de seleção a aplicar, o Júri deliberou, por unanimidade, o seguinte:

- a) Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 36.º da LTFP, conjugado com o artigo 17.º da Portaria, serão adotados os seguintes métodos de seleção:
  - Prova de Conhecimentos (PC);
  - Avaliação Psicológica (AP); e
  - Entrevista de Avaliação de Competências (EAC).
- b) Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 36.º da LTFP, exceto quando afastados, por escrito, pelos candidatos que, cumulativamente, sendo titulares da carreira/categoria se encontrem a cumprir ou a executar, ou encontrando-se em situação de valorização profissional tenham estado, por último, a desempenhar a atribuição, competência ou atividade caracterizadora do posto de trabalho para cuja ocupação o procedimento foi publicitado, os métodos de seleção adotados, serão:
  - Avaliação Curricular (AC); e
  - Entrevista de Avaliação de Competências (EAC).

De seguida, o Júri deliberou o seguinte relativamente a cada um dos métodos:

### **2.1 Prova de Conhecimentos (PC)**

A prova de conhecimentos visa avaliar os conhecimentos académicos e ou profissionais e a capacidade para aplicar os mesmos a situações concretas no exercício de determinada função, bem como aferir o adequado conhecimento e utilização da língua portuguesa, sendo constituída por três blocos de questões:

- i. um bloco de 5 (cinco) perguntas de escolha múltipla (cada resposta certa terá uma pontuação de 0,5 valores), relativas a questões sobre temas/tópicos gerais relativos à orgânica e funcionamento da Universidade de Lisboa e da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa;



- ii. um bloco 5 (cinco) perguntas de escolha múltipla (cada resposta certa terá uma pontuação de 0,5 valores), relativas a questões sobre temas/tópicos gerais relativos à Administração Pública;
- iii. um bloco 15 (quinze) perguntas de escolha múltipla (cada resposta certa terá uma pontuação de 1 valor), relativas a questões sobre temas/tópicos específicos da atividade para que é aberto o concurso.

A prova de conhecimentos é escrita, sem possibilidade de consulta de documentação/legislação, de natureza teórica e de realização individual, efetuada numa só fase, em suporte de papel, com a duração de 60 (sessenta) minutos, e versará sobre os temas a que se reportam a documentação e diplomas que se seguem, bem como sobre as alterações legislativas ou regulamentares que sobre eles tenham recaído e/ou venham a recair até à data da realização da prova:

- Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, na sua redação atual - Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior;
- Despacho Normativo n.º 14/2019, publicado em Diário da República, 2.ª Série, n.º 90, de 10 de maio, alterado pelo Despacho Normativo n.º 8/2020, publicado em Diário da República, 2.ª Série, n.º 150, de 04 de agosto - Estatutos da Universidade de Lisboa;
- Despacho n.º 11913/2021, publicado em Diário da República, 2.ª Série, n.º 233, de 02 de dezembro - Estatutos da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa;
- Despacho n.º 602/2022, publicado em Diário da República, 2.ª Série, n.º 10, de 14 de janeiro - Regulamento Orgânico da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa;
- Decreto-Lei n.º 4/2015, publicado em Diário da República, 1.ª Série, n.º 4, de 07 de janeiro, na sua redação atual - Código do Procedimento Administrativo;
- Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual - Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas;
- Acordo coletivo de trabalho n.º 1/2009, de 28 de setembro;
- Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, na sua redação atual - Código de Trabalho;
- Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, na sua redação atual - Estabelece o sistema integrado de gestão e avaliação de desempenho na Administração Pública.

**Bibliografia específica:**

- Regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho;
- Regime jurídico e regulamento técnico da segurança contra incêndios em edifícios;
- FREITAS, Luís Conceição - Manual de segurança e saúde do trabalho. 5ª ed. rev. e atualizada. Lisboa: Sílabo, 2022. ISBN 978-989-561-205-5.

A prova de conhecimentos tem uma ponderação de 70% na Classificação Final (CF) e será pontuada numa escala de 0 a 20 valores, sendo expressa até às centésimas, com caráter eliminatório para os candidatos que obtiverem classificação inferior a 9,5 valores ou não

compareçam à mesma. Em conformidade, o Júri elaborou o modelo da prova de conhecimentos, o qual se encontra no anexo II, o qual faz parte integrante da presente ata.

## **2.2 Avaliação Psicológica (AP)**

A avaliação psicológica visa avaliar aptidões, características de personalidade e ou competências comportamentais dos candidatos, tendo como referência o perfil de competências previamente definido, podendo comportar uma ou mais fases.

A avaliação psicológica é avaliada através das menções classificativas de Apto e Não Apto, tendo carácter eliminatório para os candidatos cuja avaliação recaia nesta última, ou que não compareçam à mesma.

## **2.3 Entrevista de Avaliação de Competências**

A Entrevista de Avaliação de Competências (EAC) visa obter informações sobre comportamentos profissionais diretamente relacionados com as competências consideradas essenciais para o exercício da função, a saber:

- Adaptação e Melhoria Contínua;
- Iniciativa e Autonomia;
- Organização e Método de trabalho;
- Relacionamento interpessoal.

### **Adaptação e Melhoria Contínua (AMC)**

Neste parâmetro será apreciada a capacidade de se ajustar à mudança e a novos desafios profissionais e de se empenhar, de forma permanente, no desenvolvimento e atualização técnica.

### **Iniciativa e Autonomia (IA)**

Neste item será apreciada a capacidade de atuar de modo proativo e autónomo no seu dia a dia profissional e de ter iniciativa no sentido da resolução de problemas.

### **Organização e Método de trabalho (OMT)**

Neste parâmetro será apreciada a capacidade para organizar a sua atividade, definir prioridades e realizá-la de forma metódica.

### **Relacionamento interpessoal (RI)**

Neste item será apreciada a capacidade para interagir com pessoas com diferentes características e em contextos sociais e profissionais distintos, tendo uma atitude facilitadora do relacionamento e gerindo as dificuldades e eventuais conflitos de forma ajustada.

## **Fórmula classificativa da Entrevista de Avaliação de Competências (EAC)**

A Entrevista de Avaliação de Competências é expressa numa escala de 0 a 20 valores, com valoração até às centésimas, com carácter eliminatório para os candidatos que obtiverem classificação inferior a 9,5 valores ou não compareçam à mesma e tem uma ponderação de 30%



na Classificação Final (CF), sendo a classificação obtida através da média aritmética simples das classificações dos elementos a considerar, de acordo com deliberação do júri.

$$EAC = (AMC + IA + OMT + RI) / 16$$

Em conformidade, o Júri elaborou a grelha para a realização da Entrevista de Avaliação de Competências, a qual se encontra em anexo III à presente ata, da qual faz parte integrante.

## **2.4 Avaliação Curricular**

A avaliação curricular visa aferir os elementos de maior relevância para o posto de trabalho a ocupar, a saber:

- a) A habilitação académica ou nível de qualificação (HA)\*;
- b) A formação profissional (FP)\*\*;
- c) A experiência profissional (EP)\*\*;
- d) Avaliação do desempenho (AD).

Cada fator tem a pontuação máxima de 20 valores.

\* Neste parâmetro será apreciada a habilitação académica de base, onde se pondera a titularidade de grau académico, da seguinte forma:

Habilitações académicas	Pontuação
Licenciatura ou Mestrado	16 valores
Doutoramento	20 valores

\*\* Neste parâmetro serão ponderados a participação em Cursos, Seminários, Estágios, Simpósios, Congressos, Conferências, Colóquios, Palestras e outras ações de formação e aperfeiçoamento profissional, frequentadas pelo candidato, relacionadas com as áreas de atuação do lugar posto a concurso, realizada nos últimos 5 (cinco) anos, não deixando, porém, de valorizar os candidatos que obtiveram formação, em áreas diversas quando aplicáveis.

Este item será valorado até um máximo de 20 (vinte) valores, sendo a valorização atribuída por cada frequência, de acordo com o seguinte:

Tipo de formação (em função do lugar a prover)	Duração da formação		
	≤ 12 horas	>12 e ≤ 30 horas	> 30 horas
Com interesse específico	2 valores	4 valores	6 valores
Com interesse complementar	1 valor	2 valores	3 valores

- Serão consideradas ações “com interesse específico”, as relacionadas com as áreas funcionais do lugar posto a concurso.

- Serão consideradas ações “com interesse complementar”, as que não incidam diretamente sobre as matérias referidas no parágrafo anterior, mas que com elas se relacionem.

- Se a duração das ações for indicada em dias, será feita a conversão na proporção de seis horas por um dia completo.



- Na falta de indicação da duração, será atribuída a pontuação relativa às ações de formação iguais ou inferiores a 12 horas.

- Se a pontuação máxima (20 pontos) for alcançada, pela formação de interesse específico, não será pontuado o item “com interesse complementar”.

Neste parâmetro apenas serão considerados os cursos de formação na área de atividade específica para que é aberto o presente procedimento concursal, que se encontrem devidamente certificados e comprovados no processo de candidatura submetido e cuja atualidade seja considerada (últimos 5 anos).

\*\*\* Será avaliado o exercício das funções que se considera contribuir especialmente para a experiência profissional no exercício das funções inerentes ao posto de trabalho a concurso e o grau de complexidade das mesmas, de acordo com as seguintes valorações:

	Com experiência 1) ou 2)	Com experiência 1) e 2)
Experiência profissional inferior a 3 anos	14 valores	16 valores
Experiência profissional entre 3 e 5 anos	16 valores	18 valores
Experiência profissional por mais de 5 anos	18 valores	20 valores

A experiência profissional na área de atuação é valorizada pelas atividades desenvolvidas de acordo com:

- 1 - Experiência em avaliação de riscos profissionais em laboratórios de ensino e/ou investigação nas áreas das ciências da biologia, física e química;
- 2 - Experiência em implementação de sistemas de gestão de riscos profissionais em contexto de laboratórios de ensino e/ou investigação nas áreas das ciências da biologia, física e química;
- 3 - Conhecimentos de inglês falado e escrito
- 4 - Conhecimentos de informática na ótica do utilizador (processamento de texto, folhas de cálculo e criação/edição de apresentações).

#### **Fórmula classificativa da avaliação curricular (AC)**

A avaliação curricular é expressa numa escala de 0 a 20 valores, com valoração até às centésimas e tem uma ponderação de 70% na Classificação Final (CF), sendo a classificação obtida através da média aritmética simples das classificações dos elementos a considerar, de acordo com deliberação do júri.

$$AC = \frac{HA + FP + EP + AD}{4}$$

Em conformidade, o Júri elaborou a grelha para a realização da Avaliação Curricular, a qual se encontra em anexo IV à presente ata, da qual faz parte integrante.



### **3. Sistema de classificação final**

**3.1** A ordenação final dos candidatos que completem o procedimento, com aprovação em todos os métodos de seleção aplicados, é efetuada por ordem decrescente da média aritmética ponderada das classificações quantitativas obtidas em cada método de seleção, expressa numa escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas, conforme n.º 1 do artigo 23.º da Portaria.

**3.2** É excluído do procedimento os candidatos que: a) obtenham uma valoração inferior a 9,5 valores num dos métodos ou fases, não lhe sendo aplicado o método ou fase seguintes; b) tenham obtido a menção de Não Apto na Avaliação Psicológica.

**3.3** Em situações de igualdade de valoração têm preferência na ordenação final os candidatos que se encontrem nas condições definidas no n.º 1 do artigo 24.º da Portaria.

**3.4** A ordenação dos candidatos que se encontrem em igualdade de valoração e em situação não configurada pela lei como preferencial é efetuada nos termos do n.º 2 do artigo 24.º da Portaria.

Assiste ao Júri a faculdade de exigir a qualquer candidato a apresentação de documentos comprovativos das declarações que efetuou sob compromisso de honra e das informações que considere relevantes para o procedimento. As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião dada por encerrada e da mesma lavrada a seguinte ata, que, achada em conformidade, vai ser assinada por todos os presentes.

O Júri

Presidente

1.º Vogal Efetivo

---

(Júlia Maria Almeida Marques Alves)

---

(Filipa Alexandra Cabecinha Pegarinhos)



**Ciências**  
**ULisboa**

2.º Vogal Efetivo

---

(Anabela de Almeida Pereira)

Anexos: os mencionados